

# DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Alexandre Machry<sup>1</sup>  
Diego de Vasconcelos Souza<sup>2</sup>  
Bruno Vilas Boas Lemos<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo busca revisitar as principais obras publicadas por Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, fazendo uma análise comparativa entre as ideias dos dois autores em relação aos aspectos da distribuição de renda e suas perspectivas de desenvolvimento para a economia brasileira. Apesar dos autores não dedicarem seus estudos exclusivamente para a temática, a abrangência das suas interpretações nos fornece um entendimento profundo dos motivos das altas taxas de concentrações de renda brasileiras. Os dois intérpretes são convergentes ao entenderem o aspecto histórico da desigualdade, ligada ao modo em que se constitui a economia brasileira, voltada para a dinâmica internacional. Celso Furtado entende que a ampliação do mercado nacional, o dinamismo da economia capaz de promover o avanço técnico e o aumento da produtividade do trabalho são basilares para a busca da igualdade. Fernando Henrique Cardoso destaca o caráter político, de exploração de uma classe pela outra, e que só em uma democracia participativa poderia se construir uma sociedade mais justa.

**Palavras-chave:** Distribuição de renda; Celso Furtado; Fernando Henrique Cardoso; Desenvolvimento.

## ABSTRACT

This paper seeks to revisit the main works published by Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso, making a comparative analysis between the two authors' ideas regarding aspects of income distribution and their development perspectives for the Brazilian economy. Although the authors do not dedicate their studies exclusively to the theme, the scope of their interpretations provides us with a deep understanding of the reasons for the high rates of Brazilian income concentrations. The two interpreters are convergent in understanding the historical aspect of inequality, linked to the way in which the Brazilian economy is constituted, focused on international dynamics. Celso Furtado understands that the expansion of the national market, the dynamism of the economy capable of promoting technical progress and the increase in labor productivity are fundamental to the search for equality. Fernando Henrique Cardoso highlights the political character, of exploitation of one class by the other, and that only in a participatory democracy could a fairer society be built.

**Keywords:** Income distribution; Celso Furtado; Fernando Henrique Cardoso; Development.

Artigo Submetido ao XXIV Encontro de Economia da Região Sul  
Área 1 - Metodologia e História do Pensamento Econômico  
Classificação JEL: B50; N00; N36.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alexandremachry@outlook.com

<sup>2</sup> Mestrando em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: diegovasconcelosjpa96@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: blemos89@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil caracteriza-se por altos níveis de concentração da renda que implicam em uma parcela significativa da população sujeita a padrões de vida com acesso restrito a bens e serviços. Esse fenômeno pode ser visto não só como um impasse moral para a construção de uma sociedade mais justa, mas como limitador do progresso econômico.

O Brasil é um país com tendência de desigualdade na distribuição de renda, muito pelo fato dos desafios históricos relacionados a uma herança de injustiça social, que inibe parte da população ao acesso das condições mínimas de vida. Entre 1977 e 1998 o número de pessoas na situação de pobreza aumentou em cerca de 10 milhões, saindo de 40 milhões para 50 milhões (BARROS *et al.*, 2000). No contexto atual brasileiro, apesar de ter apresentado uma tendência de declínio substancial da desigualdade de renda entre 2001 e 2011, na qual o coeficiente de Gini<sup>4</sup> caiu mais de 10% (SOUZA *et al.*, 2019), a crise econômica que teve início em meados de 2014 atingiu fortemente as famílias brasileiras, e o coeficiente de Gini elevou-se registrando em 2018 um nível de 0,545 (BARBOSA *et al.*, 2020).

O tema da desigualdade social brasileira aparece como questão fundamental para se entender o Brasil desde os seus primeiros intérpretes. Os pensadores da geração de 1930, como Caio Prado Júnior (1970, 2001), Gilberto Freyre (2003) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), buscaram entender o Brasil incorporando à historiografia oficial a formação do povo brasileiro, os conflitos de classe e a composição étnica do seu povo. Na década de 1950, o pensamento Estruturalista Latino-americano, desenvolvido especialmente na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), relacionou como causa e efeito os dilemas econômicos do subdesenvolvimento, a concentração da renda e a exclusão social. A literatura acadêmica refletia o debate que ocorria na política e na sociedade de como superar o atraso e avançar para uma sociedade desenvolvida (em seu entendimento mais amplo) com inclusão e justiça social.

Celso Furtado (1920–2004) expoente do pensamento cepalino, expõe que para entender fenômeno do subdesenvolvimento a partir da sua origem histórica é fundamental focalizar simultaneamente no processo de produção, e a decorrente realocação dos recursos produtivos, e no processo de circulação, determinando os padrões de consumo (FURTADO, 1974). A partir dos estudos de Furtado, pode-se entender a importância das questões da concentração da renda para a formação das economias periféricas. A ampliação do mercado consumidor nacional seria peça fundamental para o dinamismo do setor industrial, capaz de promover o aumento da produtividade e superar o subdesenvolvimento. Nesse processo a coordenação público-privado seria essencial para contornar o problema. Medeiros (2004) enfatiza que a distribuição de renda em Furtado é resultado de uma coalizão distributiva estabelecida pelo distinto poder econômico e político das classes sociais.

Fernando Henrique Cardoso (1931–), por sua vez, incorpora uma visão sociológica na sua análise econômica. Entende que há a possibilidade de se promover um desenvolvimento econômico associado à elevada concentração da renda, desde que seja dependente associado. Para entender a desigualdade de renda, não se pode partir apenas das características técnicas-econômica, mas deve-se considerar seu aspecto fundamental, a exploração de uma classe sobre a outra. A política seria um campo central para promover uma sociedade mais igualitária, pela ação do Estado socialmente orientado, em uma democracia participativa. Natalino (2020) menciona que a temática de distribuição de renda entre outras – modelo político; mudanças econômicas; emergência da sociedade civil – se ampliaram na obra *As ideias e seu lugar* de 1980, na qual se tinha uma abordagem menos teórica e mais voltada aos desafios políticos.

No espaço deste trabalho, busca-se revisitar as principais obras publicadas por Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, e fazer uma análise comparativa entre as ideias desses autores em relação aos aspectos da distribuição de renda e suas perspectivas de solução para a economia

---

<sup>4</sup> O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Varia de zero a um, de forma que o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, se tem uma igualdade na renda.

brasileira. Furtado, tal como Cardoso, parte de um enfoque histórico, onde o subdesenvolvimento e a concentração de renda são realidades históricas. Ultrapassam, portanto, a abordagem em um enfoque apenas estruturalista, apesar de não terem dedicado seus trabalhos especificamente para a temática, a interpretação da realidade socioeconômica do país de ambos são ferramentas para compreender o processo histórico que molda uma das marcas mais perenes do Brasil: a concentração da renda.

Além desta introdução já descrita com algumas informações iniciais, o artigo conta com mais quatro seções. A segunda aborda elementos da perspectiva furtadiana em relação à distribuição de renda e o desenvolvimento econômico no Brasil. A terceira trata da perspectiva de Fernando Henrique Cardoso em relação aos aspectos econômicos e sociais que afetam a distribuição de renda brasileira. Na quarta seção é apresentada uma comparação entre as perspectivas dos autores em relação à temática analisada. Por fim, a quinta seção expõe as considerações finais do artigo.

## 2 PERSPECTIVA FURTADIANA

Grande entusiasta e influenciador decisivo do Estruturalismo Latino-americano, os escritos de Celso Furtado foram base para a compreensão da sociedade brasileira e latina sob uma perspectiva histórica. Formulou seu pensamento denunciando que o crescimento econômico nos países de industrialização tardia se dá de forma desequilibrada e limitada. Apontando para isso como a distribuição de renda, e, portanto, o padrão de consumo das diferentes camadas implica na forma como a economia avança na periferia.

Conforme Franklin (2012), o pensamento cepalino se desenvolve enquanto crítica às formulações explicativas da realidade econômica por parte do *mainstream*, a partir do final da década de 1940, especialmente no que tange ao comércio internacional, ancoradas na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. A crítica feita pela Cepal também contrapõe a noção etapista presente em Walt Whitman Rostow, o qual postulava que o desenvolvimento capitalista seria necessariamente alcançado pelos países latino-americanos, cumprindo determinadas etapas em um intervalo de tempo vidoiro. Essa concepção evolucionista se coaduna com as teorias antropológicas que emergiram no final do século XIX, as quais estabeleciam que haveria uma linearidade histórica na qual os países “selvagens” cumpririam determinadas etapas e chegariam à condição de “civilizados”, sendo os países europeus os representantes desse paradigma. Essas produções teóricas foram mobilizadas ideologicamente no sentido de legitimar os empreendimentos neocoloniais das nações europeias. A Cepal buscou demonstrar que as economias periféricas apresentavam dinâmica própria, em contraposição a essa ideia evolucionista. Para Franklin (2012), os teóricos do estruturalismo da Cepal propuseram como solução a necessidade de alterações nas estruturas econômicas e sociais internas de cada país, apesar da dependência enquanto uma dinâmica de desenvolvimento econômico distinto entre diferentes países. Assim, as mudanças internas nos países subdesenvolvidos não acarretariam em prejuízos nos regimes de acumulação dos países centrais do capitalismo.

Celso Furtado enfatiza o subdesenvolvimento como uma dinâmica econômica e não propriamente uma fase precedente e previamente estipulada como ultrapassável no processo de chegada ao desenvolvimento. Para o autor, os países centrais teriam uma dinâmica autônoma, enquanto os periféricos apresentariam uma dependência. Cêpeda (2004) defende que a obra de Furtado se caracteriza por três momentos diferentes, influenciados pelas características conjunturais dos momentos em que escreve. O primeiro deles se refere aos trabalhos escritos na década de 1950 até meados da década de 1960, quando há um golpe militar no Brasil, que deslumbravam com sentimento de esperança a possibilidade de um salto modernizante, mediado pela democracia, intervenção estatal e industrialização, a despeito das constrições impostas pela reconhecida herança colonial. Segundo Cardoso (1975), a própria distribuição incipiente de renda de 1955 favorecia a defesa de tais teses.

A segunda fase remete ao período pessimista pós-golpe e cassação política de Furtado, no qual o autor apresentaria um “pessimismo espantando”, fruto da avaliação de que a alternativa histórica em vigor seria a pior delas, e do prognóstico não verificado de que haveria um inevitável estrangulamento econômico no regime fechado. Em 1974, há a publicação de *O Mito do*

*Desenvolvimento Econômico*, onde Furtado assinala que o desenvolvimento econômico entendido enquanto democratização do consumo de massas, não um consumismo, como ocorrido na Europa ocidental, não seria possível para as economias periféricas dentro da dinâmica do capitalismo da época. Além das limitações que restringiam a produção, especialmente aquela de maior produtividade incluindo o setor de bens de produção, e aquisição dos bens e serviços pela maior parte da população, haveria ainda as delimitações de ordem ambiental, uma vez que a lógica de consumo dos países desenvolvidos implicaria em um esgotamento dos ecossistemas caso se difundisse globalmente.

Cêpeda (2004) afirma que a terceira fase da obra de Furtado é marcada pela crítica renitente. Nesse momento, o autor expõe que teria tido no país uma modernização do subdesenvolvimento, com a incorporação de novos padrões de consumo, novos setores produtivos, urbanização, porém de forma limitada e sem o acompanhamento de aspectos como a propriedade das tecnologias de vanguarda e um sistema de inovação, que proporcionariam um consequente aumento da produtividade com as novas técnicas modernizantes da produção. Soma-se a isso a ausência de transformações sociais significativas como a ampliação de direitos sociais e de participação política, além da problemática da função social do Estado e da falta de democracia.

Furtado defende que há fatores institucionais e estruturais que atuam no sentido de provocar a concentração de renda, e isso é um limitante para o próprio processo de acumulação e desenvolvimento econômico (FURTADO, 1966). Nesse sentido, para entender a relação de dependência, Furtado retoma a formação das economias periféricas e como o desenrolar dos acontecimentos modificaram a estrutura econômica ao passo que mantiveram seu caráter dual e subordinado. Em *Formação Econômica do Brasil* (2005), Furtado indica que a colonização do Brasil se deu como uma empresa colonial, que buscava viabilizar-se econômica com a extração de lucros. O Brasil se fez como uma colônia de exploração, onde o povo, em sua grande maioria, entrou como um fator de custo, uma mão de obra, que só sendo mal remunerada e sob regime de trabalho extensivo poderia viabilizar a empresa.

A viabilidade da ocupação brasileira veio via cultura do açúcar, que exigia elevadas inversões em capital imobilizado na construção de engenhos e cultivo de extensas parcelas de terra. A incompatibilidade da cultura do açúcar com a pequena propriedade fez com que “mover-se de Portugal para o Brasil só tinha sentido para aquelas pessoas que dispunham de meios para financiar uma empresa de dimensões relativamente grandes” (FURTADO, 2005, p. 78). A solução para o problema da mão de obra foi o tráfico de escravizados africanos. O Brasil se constituiu dual. Por um lado, o engenho, a grande empresa colonial voltada para o mercado europeu, onde o senhor de engenho detinha a propriedade dos meios de produção. De outro lado, a economia de subsistência, que propiciava péssimas condições econômicas e sem apresentar dinamismo.

Contexto bastante diferente do que se viu nas ocupações inglesas ao norte, que se fez como uma colônia de povoamento. A similaridade climática e a relativa abundância de mão de obra, resultante dos cercamentos e de intolerâncias políticas e religiosas, propiciou um fluxo de europeus muito mais intenso do que se viu aqui. O deslocamento dos colonos para as terras norte americanas foi financiado pelo governo, e que seria pago pelo colono com o próprio trabalho empregado em lavouras (regime de servidão temporário em condições tão ruins ou até pior que a escravidão). Após o cumprimento do trabalho inicial, estaria livre da dívida, além de ser indenizado em terra ou em dinheiro. Constituiu, lá, uma estrutura de pequeno produtor de terras, sem o comprometimento da remuneração de vultosos capitais. Formou-se, desde o início de uma economia autônoma, com um mercado interno bastante significativo e com uma distribuição de renda mais igualitária (FURTADO, 2005).

A economia que se formou em volta da extração de minérios, principalmente na região de Minas Gerais, não teria implicado em significativa mudança na estrutura social da colônia. Dado suas características de mineração de aluvião, não requeria vultosos investimentos para se viabilizar. Poder-se-ia depreender a atividade com pouca mão de obra, e até mesmo como empresário autônomo. Diante de alguma sorte e capacidade empresarial, poderia enriquecer. Certo grau de ascensão social, maior disponibilidade monetária e diante do afastamento do litoral, e consequente encarecimento dos produtos importados, surgiu um núcleo de renda média, formado por artesãos, pequenos proprietários,

artistas entre outros, que deu outra dinâmica social para a colônia. Apesar de um mercado significativamente maior do que na economia açucareira, um desenvolvimento capitalista endógeno na região mineira foi praticamente nulo (FURTADO, 2005).

A economia cafeeira teria se constituído como um modo de organização mais próximo dos complexos açucareiros do que da exploração mineira, mas desprendia custos de imobilização menores, dado menores custos de reposição e equipamentos de tecnologia mais simples. O complexo cafeeiro em expansão apresentava produtividade mais elevada que os demais setores da economia, proporcionando a capacidade de pagar salários pouco mais elevados. A falta de pressão por parte da mão de obra por aumento de salários e a relativa abundância de terras sem uso ou empregado de forma de subsistência propuseram que qualquer expansão da produção ocorresse utilização de novas terras e de contratação de mão de obra. Não havia qualquer estímulo para o cafeicultor aumentar a produtividade física, se substituir o trabalhador por capital ou pela melhoria no método de cultivo (FURTADO, 2005).

Um importante mecanismo de concentração de renda é o sistema tributário brasileiro. A tempos da economia agrária-exportadora, o imposto de importação representava um importante instrumento arrecadatório. Ao passo que a carga tributária do imposto de importação recaía por todos que consumiam, direta e indiretamente produtos importados, ou seja, grande parte da população, os impostos sobre a exportação representavam compressão dos lucros da classe de senhores da grande agricultura. Assim, entre a possibilidade de reduzir seus lucros em etapa de dificuldade ou a possibilidade de financiar com um imposto sobre a coletividade, a opção pelo segundo era preferida pela classe governante brasileira (FURTADO, 2005).

A própria dinâmica do investimento em uma economia exportadora-escravista possui natureza bastante distinta daquela vista em uma economia industrial. Nessa, a inversão converte-se, naturalmente, em pagamento aos fatores de produção, matéria prima a mão de obra, que em última instância, converte-se em criação de renda monetária ou poder de compra. Aquela, por sua vez, tem parte das inversões usadas para o pagamento feitos ao exterior, como a importação de equipamentos, mão de obra e materiais. Outra parte tem origem na própria exploração da mão de obra, e a produção para a manutenção do engenho, parte essa que não é paga em expressão monetária. Portanto, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante em que correspondia à criação de lucro para o empresário.

A crise internacional de 1929 e o movimento industrializante que toma corpo a partir de 1930 é um ponto de ruptura fundamental na história econômica brasileira para Furtado. Se em todo o período anterior predominou a economia agrária-exportadora, ligada à dinâmica mercado externo, e desconectada do mercado interno. A partir de 1930, a industrialização implicaria em um centro dinâmico interno, que promoveria a ampliação do mercado nacional e de certo crescimento das forças produtivas.

Entretanto, a forma em que se deu essa expansão capitalista, especialmente pós-revolução industrial, acabou por preservar um sistema dual, em que convive um setor capitalista e outro de subsistência (FURTADO, 2016). Nesse sistema dual, o setor capitalista estaria ligado à dinâmica do mercado internacional, voltando sua produção para a exportação. Parcela dos lucros seria usada no pagamento das importações, tanto para a importação de bens de produção, como, principalmente, para a manutenção de um padrão de consumo capitalista a imagem do consumo nos países centrais. Os gastos locais se limitaram ao pagamento de mão de obra, em sua maioria, não especializada. O setor de subsistência, dado sua elevada contingência de mão de obra não qualificada, acabaria por fornecer uma elevada quantidade de trabalhadores propensos a subempregos. A dinâmica do setor capitalista estaria desconectada do de subsistência, não modernizando-o.

Nas atuais economias subdesenvolvidas [...] a penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente (FURTADO, 1964, p. 33).

A concentração de renda teria cumprido um papel fundamental como alavanca mestra no processo de acumulação em todo o mundo. A primeira forma de acumulação se baseou na escravidão, como a entrega compulsória, total ou parcial, de um grupo a outro, do excedente. Com a elevação da produtividade, outros métodos de apropriação do excedente alheio se fizeram possível. A possibilidade de elevação do consumo e sua diversificação dessa classe de proprietários seria um dos motores do aumento da produtividade, através do incremento tecnológico. Na primeira etapa do processo há abundância de mão de obra e o fator dinamizador da economia é a capacidade empresarial. Em segunda fase, a escassez de mão de obra, elevando os salários, e o fator dinamizador passa a ser a inovação e o aumento de produtividade. No Brasil, dado que se chega atrasado, a tecnologia não é a mola mestra, já que se buscava reproduzir os produtos que já se produziam na Europa. Como aqui há abundância de trabalho, novas tecnologias que poupavam mão de obra não faziam sentido (FURTADO, 1983).

Diferente das economias centrais, nas economias subdesenvolvidas, o fator básico que determina o nível de renda apropriada pelos trabalhadores, e, portanto, o nível de preços e salários reais nos setores industriais seria a pressão gerada pela tentativa dos grupos que se apropriam do excedente de reproduzir os padrões de consumo das elites dos países centrais (FURTADO, 1974).

O principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população (FURTADO, 1983, p. 182).

A questão é que o desenvolvimento no Brasil passou a depender, e se confundir, da modernização do padrão de consumo de uma minoria, cujo a forma é ditada pelos países centrais. O que levou a definir a forma com que se implementou a indústria fundada na “substituição de importações”. Que buscou aqui reproduzir, em miniatura, o sistema industrial central que estava apoiado em um sistema bem mais amplo de acumulação de capital. O que resultou foi que:

Na prática essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cênicos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração de renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974, p. 26).

A concentração de renda no Brasil não seria impeditiva necessária para um crescimento econômico, no sentido técnico da ampliação da capacidade produtiva local com a replicação da tecnologia existente ou incorporação de tecnologia importada. Mas seria, sem dúvidas, incompatível com uma ideia de desenvolvimento, no sentido de superar a dependência, e implementar aqui, um sistema dinâmico, capaz de promover o avanço tecnológico, as estruturas produtivas e promover um melhores condições de vida.

Um processo redistributivo de rendas, em favor dos empresários, somente dentro de certas condições e limites pode favorecer o desenvolvimento econômico. Numa economia de livre-empresa o processo de capitalização tem que correr paralelo com o crescimento do mercado. É sabido que o ajustamento entre esses dois processos de crescimento se faz aos solavancos, através das altas e baixas cíclicas. Mas seria ilusório supor que uma inflação prolongada, redistribuindo a renda em favor dos empresários, pode acelerar a capitalização. Desde o momento em que o mercado deixa de crescer, os empresários, antevendo a redução dos lucros, reduzem suas inversões (FURTADO, 2005, p. 218).

Nesse sentido, é possível concluir que é pela mudança da estrutura produtiva, promovida pela ampliação do mercado nacional e endogenização da mudança tecnológica, o caminho para superar a dependência em relação ao centro. O desenvolvimento estaria diretamente ligado à capacidade de

promover uma dinâmica de aumento da produtividade do trabalhador, pela qualificação do trabalhador e dos meios de produção.

O dinamismo da economia capitalista vem da interação da inovação técnica - que implica em aumento da produtividade em relação ao custo da mão de obra, e da ampliação dos mercados - via aumento da massa salarial. A incorporação dos trabalhadores do setor atrasado promoveria, por um lado, a ampliação do mercado consumidor, promovendo a acumulação capitalista. Por outro, implicaria em pressão sobre os salários e motivação para aumento da produtividade via inovação tecnológica. Furtado via o setor industrial como aquele dotado da capacidade de promover a ampliação da capacidade de geração de emprego, redistribui a renda e a chave para a saída do subdesenvolvimento. O Setor industrial seria o mais apto para a promoção da técnica produtiva, aumento da relação capital-trabalho, e capaz de aumentar a produtividade do trabalho.

Há de salientar que em o *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), Furtado incorpora ao debate a pressão ambiental que o consumismo das altas rendas pode provocar. O processo de crescimento econômico em países de alta concentração de renda está ligado à produção e incorporação de novos produtos finais. Por oposição, um modelo de crescimento com distribuição de renda poderia depender menos da incorporação de novos produtos e mais da difusão dos produtos já conhecidos, implicando em menor desperdício.

Para superar a pobreza além de um projeto de distribuição de renda, precisa-se um projeto de aumento da produção e da produtividade, reconhecer a pobreza como um problema a ser superado, e promover o crescimento da renda per capita. Não há distribuição sem crescimento da renda per capita. Propõe um capitalismo com distribuição de renda para a América Latina.

### 3 PERSPECTIVA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo de formação, Fernando Henrique Cardoso enfatiza a interpretação do processo econômico além do aspecto social em suas obras. O poder econômico se expressa como dominação social, ou seja, como política. É na política que um grupo estabelece um conjunto de relação que lhe propicie impor um modo de produção específico, compatível com seus interesses. Nesse sentido, “o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 17).

Teórico da dependência, em sua versão associada, Cardoso reconhece a relação de dominação existente do capitalismo central para com as economias periféricas, assim como denunciado por Furtado e os demais autores cepalinos. O autor busca incorporar ao debate aquelas características presentes na sociedade brasileira, e especialmente na sua elite, que o mantém dependente.

A novidade das análises da dependência não consistiu, portanto, em sublinhar a dependência externa da economia que já fora demonstrada pela CEPAL. Ela veio de outro ângulo: veio da ênfase posta na existência de relações estruturais e globais que unem as situações periféricas ao Centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que a sustentam) se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais (CARDOSO, 1993, p. 19).

Em sua abordagem, Cardoso propõe a superação de algumas limitações que entendia estar presentes no trabalho teórico da Cepal, atribuindo ao arcabouço analítico maior ênfase no comportamento das classes sociais e do próprio Estado, esse não sendo considerado um agente institucional neutro no panorama político-econômico. A dinâmica comercial do capitalismo global associada aos interesses das classes dominantes locais, muitas vezes subordinadas a esses interesses externos e imbricadas no Estado, com impactos na dinâmica social interna, seria parte da explicação da Dependência, conceito que já figurava nas teorizações de Lênin. Mais do que isso, a luta política dessas classes seria fundamental na determinação dos rumos efetivados condicionados pelas possibilidades históricas, inclusive o grau de exploração a que a classe trabalhadora se submete. Em *A Dependência Revisitada*, Cardoso (1980) teoriza acerca dos aspectos metodológicos de sua pesquisa, argumentando que o entendimento do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela

redistribuição de renda, equilíbrio regional e entre distintos setores produtivos, e um processo concreto de desenvolvimento econômico não se materializava nos países de economias dependentes.

Elenca as relações de aliança, em que pese a acomodação dos interesses, de diferentes grupos sociais para atingir uma ordem nacional hegemônica. O setor capitalista teve que atender e articular os interesses dos proprietários de latifúndios com baixa produtividade, além dos setores ligados à burocracia estatal e aos militares. Cardoso reconhece a existência de um mercado interno estreito e profundas distorções provocadas pela concentração da propriedade agrária, entretanto, entende que esses fatores podem coexistir com um tipo específico de desenvolvimento capitalista dependente (CARDOSO, 1975). O conceito de desenvolvimento de Cardoso está relacionado à ideia marxista de acumulação capitalista progressista, associado com aumento da capacidade física e da produtividade, e, portanto, compatível de ser concentrador, espoliativo, desigual, excludente e explorador.

Em *Autoritarismo e Democratização* (1975), Cardoso apresenta a possibilidade de haver um desenvolvimento capitalista na periferia baseado em uma exploração intensiva da mão de obra, no que ele chamou de “teses equivocadas” (p. 27). A tese de que o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável, dado que só se pode desenvolver-se com harmonia social e sem conflitos, seria um passo ilegítimo do pensamento científico para o ideológico. Para ele, a existência de contradições não implicaria um empecilho para o capitalismo, dado que é a própria lógica de operação desse modo de produção. A economia capitalista cresce contraditoriamente, na periferia ou no centro, criando problemas sociais, políticos e econômicos. Seria da natureza do sistema crescer em espiral, absorvendo e liberando mão de obra, e ocupando de forma heterogênea o espaço. “Permanente é o caráter cíclico da acumulação capitalista e a tendência à concentração da renda, cujos efeitos se acentuam quando o Estado não promove políticas compensatórias” (CARDOSO, 1975, p. 30).

Refuta a tese de que o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão de obra e preso necessidade de sub-remunerar o trabalho. Essa tese está associada à ideia de que o controle salarial e a concentração da renda são fundamentais e perenes para o processo de acumulação capitalista. Para Cardoso, a tendência da extensão da jornada de trabalho seria apenas uma possibilidade, é comum nos processos de acumulação inicial, mas não uma regra. O desenvolvimento capitalista estaria mais estreitamente ligado à tendência de elevar o estoque de capital por trabalhador (ou composição orgânica do capital) e a exploração da mais-valia relativa. Generalizar essa tese seria um anacronismo. Argumenta que a ausência de um mercado consumidor de massas não necessariamente impediria o desenvolvimento capitalista na periferia:

Depois de implantado um setor capitalista avançado, sua dinâmica (que pode ter-se beneficiado na fase inicial com as reservas de mão-de-obra e os bolsões de pobreza) não depende mais do desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas, ao contrário, depende da criação real de um mercado de consumo capitalista. Este não se compõe apenas pelos gastos dos trabalhadores, mas também pelo consumo dos capitalistas e, especialmente, das empresas, do Estado e das classes ligadas ao setor terciário. (CARDOSO, 1975, p. 32)

Nesse sentido, a incorporação dos setores excluídos da economia, ou seja, a superação da dualidade, não seria um pré-requisito para a realização da produção capitalista. O próprio consumo capitalista, das empresas, do setor público (e dos grupos sociais que controlam esses), além das exportações poderiam, associado ao consumo dos trabalhadores promover a reativação da “espiral consumista”. Há que destacar que o consumo desses grupos de alta renda estão mais ligados aos setores com maior emprego tecnológico. Cardoso argumenta que a realização da produção se dá de forma descentralizada e desordenada, então a expansão se dá através de sucessivas crises, conflitos e contradições, mas não cessa quando há uma redução dos salários reais dos trabalhadores, como haveria ocorrido no Brasil ao longo dos anos de 1970.

Ou seja, a expansão do mercado não seria sinônimo da incorporação do consumo popular, e não implicaria, necessariamente, na melhoria das condições de vida do conjunto da população. O desenvolvimento capitalista implica que certos segmentos da sociedade ganham. A industrialização implicaria em fortalecimento do empresariado, dos segmentos gerenciais e técnicos e alguns profissionais liberais. A melhoria das condições de vida do operário industrial, e do conjunto da



população, estaria ligado à sua capacidade de luta. Cardoso reconhece o caráter excludente e concentrador que se deu à industrialização brasileira liderada pelas empresas estrangeiras, fundado na contradição entre o nível tecnológico do processo produtivo e o do tipo de produção com o mercado consumidor. A industrialização promovida pelas empresas estrangeiras produzia produtos para consumo da classe média e alta.

Explicita-se assim que existe um "estilo maligno" de desenvolvimento, na expressão de Ignacy Sachs, que não supõe no plano nacional a efetividade dos efeitos de "trickle down" provocados pelos investimentos e pelo crescimento econômico. O estilo de desenvolvimento latino-americano seria "concentrador e excludente". Este ponto de vista, empiricamente reconhecido e proclamado anteriormente por sociólogos e economistas críticos, gerou um sem-número de estudos e discussões, que puseram ênfase na falta de capacidade de absorver mão-de-obra pelo tipo de desenvolvimento industrial vigente e nas consequências dele sobre a concentração da renda. (CARDOSO, 1993, p. 65)

A possibilidade de incluir as massas no consumo, para Cardoso, é dada pelo grau de desenvolvimento do aparato público. Os países centrais também teriam que se confrontar com as contradições do sistema capitalista para atingir metas sociais igualitárias (CARDOSO, 1975). Também, essas economias estariam sujeitas a exploração da mão de obra, miséria relativa, a concentração da renda. Seriam esses problemas do capitalismo industrial em geral, não uma singularidade da periferia. O que Cardoso quer mostrar é que, ao contrário das argumentações cepalinas, a forma como a distribuição acontece está estritamente ligada aos elementos políticos de exploração de uma classe pela outra. Mais que uma determinação específica da forma como o capitalismo se expressa na periferia, é uma característica geral desse modo de produção. Como argumenta:

Por certo, os cepalinos sabiam que o desenvolvimento econômico capitalista supõe a exploração entre as classes, assim como os "dependentistas" sabem que o Estado-Nação é uma instância político-econômica pela qual passam necessariamente as relações de classe. Mas a ênfase que antes era posta globalmente na relação entre o externo (o imperialismo) e o interno (a Nação) passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes. Dessa forma, a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão econômica para ser uma questão política. (CARDOSO, 1993, p. 19)

Cardoso (1975) argumenta que as articulações ocorridas entre o sistema econômico e de poder constituíram uma configuração a partir da emergência dos Estados nacionais independentes que ensejou a existência de diferentes possibilidades de desenvolvimento para os países latino-americanos. Percebe-se uma abordagem que defende a tese de que há uma situação de dependência no conjunto dos países da América Latina em relação aos países centrais do capitalismo após a ruptura do "pacto colonial" e o destaque da importância da história na compreensão da inserção dessas nações recém independentes no sistema mundial e como fator explicativo das distintas particularidades que são observadas nas diversas experiências analisadas, sobretudo no que se refere aos arranjos políticos locais realizados e seus efeitos, que fazem com que a dependência seja marcada por características específicas, a depender do país onde se esteja perscrutando.

Nesse sentido, Cardoso (1975) se propõe a desenvolver, ainda que de forma superficial, como ressalva o próprio autor, uma categorização que possibilite enquadrar os países latino-americanos dependentes segundo especificidades compartilhadas entre eles de um ponto de vista histórico, estabelecendo dois aspectos chaves na análise. O primeiro remete ao controle do sistema produtivo, se após a independência ele estava concentrado nacionalmente ou se era diretamente regido pelo exterior. Outro elemento central se dá no entendimento de como se dava o sistema de alianças políticas gestados entre os vários setores nacionais, tanto das frações dominantes quanto dominadas, e com o exterior, no intuito de garantir estabilidade e constituísse a forma política de dominação econômica do setor produtivo-exportador por meio da institucionalidade, com garantia da legitimidade da ordem social vigente.

Nos países onde houve a construção das relações com o exterior a partir do controle nacional do setor produtivo-exportador, o autor afirma que esse processo não se realizou de maneira homogênea, linear e ausente de empecilhos. Ao contrário, foi permeado de lutas significativas entre os grupos locais que caracterizaram um período de “anarquia”, a partir da qual foram sendo constituídos os mercados internos e as alianças políticas dos grupos que se alçariam como hegemônicos, restabelecidos depois de um interregno pós independência. Assim, o autor se refere a essa situação como a primeira de subdesenvolvimento e dependência ocorrida no interior das novas unidades nacionais. Os países que experimentaram esse desenrolar histórico e foram categorizados nessa tipologia também apresentavam diferenças entre eles, observadas no curso concreto dos acontecimentos.

Nesse sistema cujo setor produtivo-exportador era controlado nacionalmente, Cardoso (1975) afirma que o centro hegemônico era a Inglaterra, que necessitava demandar matérias-primas das ex-colônias. Não havia nesse momento intensos investimentos produtivos de capitais ingleses na periferia, a exceção de setores importantes para a dinâmica das exportações e que não tinham condições de se desenvolverem a partir de dentro, como no setor de transportes, que arregimentava boa parte dos recursos via empréstimos externos. Nessa linha, o capitalismo europeu na América Latina se apresentava principalmente como comercial e financeiro no século XIX. Nesse momento, apenas o setor mineiro contava com participação estrangeira relevante na produção, que contava também com a presença de capitais nacionais. Os estímulos dos mercados internacionais, as situações dos mercados controlados pelos exportadores e a capacidade desses grupos consolidarem um sistema de domínio condicionavam as possibilidades de êxito da ordem nacional. A disponibilidade de produtos primários, a abundância da oferta de mão de obra e a disponibilidade de terras apropriáveis eram elementos econômicos que também jogavam peso no maior ou menor sucesso de desenvolvimento das economias nacionais. Os últimos dois fatores permitiam os empresários tomarem decisões de investimentos a despeito das “decisões de poupança”. Para que esse domínio fosse de fato exercido, foram criadas instituições administrativas e um exército nacional no aparelho de Estado, considerando a problemática de resguardar a posse da terra e da mão de obra, viabilizadas através da escravidão, imigração e restrição do acesso dos antigos colonos das colônias densamente povoadas ao sistema de propriedade.

Para que o domínio tivesse êxito, era fundamental que o grupo que controlava nacionalmente o setor produtivo-exportador pactuasse com os proprietários do latifúndio improdutivo ou de baixa produtividade marginalizados nesse sistema exportador. Esse acordo político facilitava alijar as camadas pobres do acesso à terra, fazendo, portanto, a manutenção do fosso da desigualdade social no país por meio da propriedade de terra restrita. No entanto, essa aliança não se dava na ausência de conflitos, que se equilibrava apesar das disputas no âmbito da distribuição de renda entre os grupos dominantes. A presença dos latifundiários no aparato configurando a coexistência dos setores “modernos” e “tradicionais” na institucionalidade do Estado é uma expressão das disputas daquele período.

As contradições existentes entre o grupo dominante do latifúndio produtivo-exportador e as oligarquias regionais latifundiárias se intensificam no século XX, uma vez que o avanço do modelo exportador integrado à economia mundial possibilitou o surgimento de novos setores, como o urbano-industrial, o comércio urbano e o de serviços, que suscitaram o crescimento dos setores médios da população, que por sua vez, apresentariam as suas demandas políticas e econômicas que tensionariam a aliança supracitada.

Cardoso (1975) defende que havia um outro grupo de países dependentes onde não havia o controle nacional do setor produtivo, categorizados como economias de enclave. Nessa situação, a inserção à economia mundial se deu por meio do controle direto do setor produtivo-exportador pelos países centrais do capitalismo, embora tenha havido diferenciações no que tange às condições e efeitos sociais e econômicos sobre esses lugares. Para o autor, o mais comum nessas experiências foram capitais nacionais que controlavam o setor produtivo-exportador, mas que foram incapazes de se manter no comércio internacional em virtude da incapacidade técnica, do sistema de comercialização e do volume de capitais, o que culminou em gradual desarticulação, substituídos pelo

controle estrangeiro. Em outros casos, houve países cujos grupos econômicos locais apenas marginalmente se inseriram no comércio mundial e a expansão das economias centrais ocupou os setores exportadores. Em ambos os casos, o dinamismo das economias centrais impingiu uma situação de restrição aos grupos econômicos locais, que apresentam subordinação em relação a incorporação de técnicas e capitais externos e consequentemente reduziu a capacidade desses setores de organizar a dominação na ordem social vigente.

A existência dos enclaves exportadores estimulou a constituição de um setor “moderno” nas economias periféricas, que concentrava capital e tecnologia, acentuando a especialização produtiva, acarretando dificuldades na formação de um mercado interno. Consequentemente, verificou-se concentração de renda importante, que foi observada tanto no enclave mineiro quanto no agrícola, apesar das diferenças entre eles. O primeiro se caracterizava pela menor quantidade de mão de obra empregada e maior concentração de capital, enquanto o segundo empregava maior número de trabalhadores ao mesmo tempo em que poderia se requerer menos capital. Não existiam nesse modelo significativas conexões do setor exportador com a economia local o que suscitava as decisões de investimentos vindas do exterior. O controle político exercido pelos oligarcas tradicionais das sociedades dependentes se relacionava com as potências centrais a medida que geravam condições de concessões para a operação dos capitais nesses países.

Para Cardoso (1975), no período de transição de uma sociedade essencialmente agroexportadora havia uma debilidade da estrutura classista no Brasil. A modernização da economia de exportação ocorre no processo de abolição da escravatura, queda do Império e importação de mão de obra imigrante. A materialização do sistema capitalista foi promovendo uma diferenciação social, com o surgimento de uma “classe média urbana tradicional”, ainda que limitada, dado que essa nova situação emergia das condições de *plantation*, com escravidão, vinculada a papéis secundários conectados aos estratos oligárquicos tradicionais. Nesse momento, havia a presença da “dominação oligárquica”, com importância regional, porém, resguardando certos interesses do Estado Nacional. A ascensão do trabalho livre na cafeicultura promove uma reconfiguração da divisão social do trabalho. A lenta diferenciação da economia urbana se intensifica com a Primeira Guerra Mundial, agregando novos protagonistas à reação antioligárquica, com profissionais liberais, setores operários e jovens militares. Consequentemente, haverá uma crise de dominação de caráter oligárquico, deixando evidente a fragilidade das alianças regionais estabelecidas no seio das classes dominantes. Para o autor, a política de Getúlio Vargas, que se alça ao poder executivo em 1930, apresenta um caráter centralista, que respeitava os interesses locais agroexportadores, mas construía uma base econômica urbana gerava substrato para o aparecimento de uma burguesia industrial e mercantil em substituição à aliança pretérita oligárquico-capitalista.

No amplo debate que recrudescer após o golpe de 1964, Cardoso participa se contrapondo às teorias que sustentavam a hipótese de um determinado desenvolvimento econômico articulado sob uma aliança policlassista. O autor apresenta diferenças em relação aos comunistas ortodoxos, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como também para com os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e de tradição cepalina, como Celso Furtado. No que concerne aos primeiros, rejeita a concepção da possibilidade de uma revolução democrática-nacional, uma vez que, a partir de suas pesquisas, não encontrava evidências que indicavam que os empresários brasileiros teriam interesse em liderar um movimento social desse tipo, em aliança com o proletariado, pelo contrário, topariam se associar ao capital estrangeiro caso fosse mais conveniente do ponto de vista financeiro e não se afastavam tanto da oligarquia rural, proprietária dos grandes latifúndios, os quais apresentavam menor produtividade. No que se refere aos últimos, contrapunha as teses de desenvolvimento nacional liderado pela industrialização, por meio do processo de substituição de importações e melhorias dos termos de intercâmbio, que conseguisse estabelecer o setor produtivo de bens de capital e alcançar a massificação do consumo às classes trabalhadoras, a exemplo da Europa, mediado pelo Estado nacional e sob um regime político democrata. Os teóricos Marxistas da Dependência, diferentemente daqueles da primeira fase da Cepal, entendiam que mudanças nas estruturas sociais internas nos países latino-americanos afetariam de forma considerável a dinâmica de acumulação nos países centrais.

Para o autor, após a Segunda Guerra Mundial, ocorre a entrada mais pronunciada de capitais estrangeiros no Brasil, e a aliança da burguesia nacional industrial, classes médias e setores do operariado, sob o arranjo político denominado de populismo não se sustentaria, levando em conta também as demandas dos trabalhadores cada vez mais organizados. Com as transnacionais instaladas no país, via filiais, buscando mão de obra barata e mercado consumidor, a burguesia nacional cada vez mais confluiu interesses com os capitais estrangeiros, tensionado a aliança pretérita e conformando uma nova, entre capitais estrangeiros, capitais estatais, capitais privados nacionais, sob a liderança do regime militar burocrático-autoritário, sendo esse novo momento classificado como capitalismo dependente-associado, no caso se referindo ao capital estrangeiro, o que colocava em xeque um projeto autônomo de desenvolvimento econômico no capitalismo nos moldes aportados por instituições como a Cepal.

A promoção de uma sociedade mais igualitária, nas dimensões política, econômica e social não seria atingida apenas por reforma técnica. Uma técnica mais produtiva, todavia, poderia proporcionar melhores condições de saúde, educação ou alimentação. O atual patamar da sociedade industrial criou as bases materiais para promover uma distribuição justa e decente para todos ao elevar o patamar de acumulação e revolucionar as técnicas de produção, tecnicamente falando (CARDOSO, 1993).

Essa é uma contradição fundamental, e única na história, haja a possibilidade concreta de realização daquela utopia de um mundo mais igualitário, ao passo que não se realiza por interesse de uma minoria, que nega a convivência. “É por isto que o mundo contemporâneo sofre como um tormento cada grão de trigo que morre na haste porque interessa a alguns que ele não seja pão” (CARDOSO, 1993). O não reconhecimento dessa “banalidade”, o da exploração econômica e social do homem pelo homem, de uma classe por outra, ou de uma nação por outra, leva a crença de uma possível no econômica, através de uma “solução técnica”.

Esse novo estilo de desenvolvimento se faria com políticas objetivas, programas de ação, conectado com a realidade local, sem o qual, as teorias utópicas “tornam-se flores de estufas” (CARDOSO, 1993). A política se faria como um campo de atuação central, onde a democracia de participação mais inclusiva, com alta mobilidade social. Política de participação entende-se como a capacidade de discutir o porquê e para quem das decisões, através de uma revisão crítica do progresso técnico e da racionalidade. Esse modo operante associa-se às novas arenas decisórias contemporâneas: o sistema educacional, as organizações de negócios e as empresas de comunicação de massa.

Cardoso advoga contra o racionalismo (ou pseudo-racionalismo) do mercado, que para ele é a racionalidade da acumulação por poucos do resultado do trabalho da maioria. O que se deve ter como objetivo é o cálculo social dos custos e dos benefícios, tendo como meta a expansão do bem-estar coletivo. Naturalmente, a acumulação e o investimento elevados são requeridos, mas a atenção deve recair em inversões orientadas para esses fins. Cardoso não é um defensor do “crescimento zero”, mas argumenta a favor de um crescimento orientado, participativo e com controle democrático. Reconhece a necessidade de avaliar os impactos negativos que o processo de desenvolvimento possa acarretar ao meio ambiente, associando-se ao um ecodesenvolvimento, que busca conciliar o aumento da riqueza material com as questões ambientais.

Em síntese, Cardoso argumenta que, dada a natureza de conflito de classes, a concentração de renda é uma questão essencialmente política, e travada no campo político. Vai no sentido de uma maior intervenção do Estado, socialmente orientado, na economia, resultando em um desenvolvimento favorável ao conjunto da população. Mas além da economia, o autor argumenta, fundamentalmente, a favor de uma maior conscientização social e de classes da população brasileira e latino-americana. “A alternativa para isso, além do valor da igualdade, reside em seu complemento que requer liberdade: a necessidade de participar. Está na democracia” (CARDOSO, 1993).

#### 4 COMPARAÇÃO ENTRE OS AUTORES

Pode-se inferir uma grande similitude entre as interpretações da economia brasileira feita pelos autores. Está presente em ambos o reconhecimento do papel chave do setor industrial como promotor do processo de superação do desenvolvimento e promotor das condições materiais para a promoção de uma sociedade mais justa. Destacando a construção de um modelo de desenvolvimento ancorado na construção de um mercado interno dinâmico. Reconhecem um ponto de inflexão na relação de dependência a fase que tomou corpo a partir de 1930, com a chamada “substituição de importações”. A partir dos anos de 1950, esse movimento ganha novo impulso com mudanças estruturais de cunho qualitativo. Em aquiescência, os autores entendem que a industrialização ocorrida não foi suficiente para romper com a dependência, tampouco para romper com a estrutura de um mercado de trabalho excludente da economia brasileira. O processo se deu sem “significativas tendências à redistribuição de renda” (CARDOSO, 1975, p. 74).

Os autores reconhecem a relação de dependência e subordinação ao capitalismo internacional como determinante da elevada concentração de renda. O caráter histórico, onde a economia brasileira se fundou em uma empresa colonial, agroexportadora, imersa no mercado internacional e desconectada do povo, acabou por gerar um sistema dual. Esse dualismo engendrou um mecanismo de pressão sobre os salários, ao passo que não gerava as condições para a promoção do dinamismo interno. Os movimentos de substituição de importações que tomaram corpo nos anos de 1930 e a produção de bens de consumo duráveis nos anos 1950, não foram capazes de superar esse caráter dual e subordinado da economia brasileira.

Para os autores, aumentar a produtividade do trabalho, especialmente no setor industrial, seria condicionante para atingir-se uma distribuição de renda mais equânime. A intervenção estatal racionalmente orientada para atingir os objetivos sociais e a cooperação com o capital internacional são peças estruturantes de um projeto de desenvolvimento. Isso se faz necessário dado a falta de uma burguesia nacional capaz de liderar o processo de superação, de uma economia com baixa poupança interna, e da existência de um limitado mercado interno. Um crescimento baseado no livre mercado tenderia a salvaguardar os interesses das camadas da grande burguesia. Há de se destacar a crítica de ambos a atuação do Estado nos anos 1970 e 1980, que promoveram um crescimento econômico concentrador de renda, em favor de grupos privados nacionais e principalmente transnacionais. Outro ponto de intersecção entre os autores é considerar as limitações ambientais relacionadas em um processo de inclusão social motivada pelo aumento da produção reproduzindo o padrão de consumo das classes altas para o conjunto da população.

Os resultados insuficientes do paradigma nacional-desenvolvimentismo nos anos de 1950, e o fracasso das proposições cepalinas iniciais para promover a superação do desenvolvimento, a associação com o capital internacional e incorporação da tecnologia é fonte de certa discordância entre os autores. Para Furtado, a entrada de capitais não seletivos pode aprofundar a dependência da economia brasileira e preserva o caráter de economia periférica e impede a superação do subdesenvolvimento. Cardoso vê aí a possibilidade de um desenvolvimento dependente associado, capaz de promover a revolução burguesa e modificações estruturais (mesmo que de forma assimétrica), dado a ausência de uma burguesia nacional capaz de assumir esse papel. Associado a isso, há concepção distinta do entendimento do que venha a ser desenvolvimento. Havendo acumulação do estoque de capital, da produção física e da produtividade acompanhada de mudanças estruturais, em uma concepção marxista, não se pode negar, para Cardoso, que há desenvolvimento. Para Furtado, o desenvolvimento exigiria uma elevação do grau de autonomia da economia e melhora das condições materiais para a maioria.

Para entender os altos níveis de concentração de renda na economia brasileira, ou mesmo nas desenvolvidas, Cardoso parte de um enfoque das relações de classe. Para ele, a exploração de um grupo social por outro é uma questão mais do âmbito político do que de uma realidade técnico-econômica. A capacidade de promover uma sociedade mais igualitária residiria essencialmente na política, na promoção de uma democracia participativa (democracia social), onde a ação do estado é orientada para promover o bem comum, assim como visto nos países centrais. Furtado, entende que

a inclusão das camadas marginalizadas via aumento do mercado interno, iria, ao passo que promove maior demanda para a indústria, romper com o caráter dual da economia brasileira. Por outro lado, promoção de um sistema produtivo com autonomia, capaz de dinamizar o processo produtivo, incorporar e criar novas técnicas de produção, e assim, aumentar a produtividade do trabalho seria chave para o aumento salarial. Por outro lado, a ampliação do mercado interno também seria essencial para esse processo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos revisitar as principais contribuições de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso para interpretar a desigualdade social e a concentração de renda brasileira. As interpretações de Furtado, e do estruturalismo cepalino, e de Cardoso, e da sua visão da dependência, são basilares para encontrar um caminho para a solução das desigualdades brasileiras. Os elevados níveis de concentração de renda na economia brasileira e seu caráter periférico no capitalismo global estão estruturalmente associados.

Argumentamos que há muitos pontos de convergência entre os autores, a despeito das suas diferenças metodológicas, no sentido de reconhecer o caráter histórico da desigualdade de renda. A formação da economia brasileira em uma estrutura de dualidade, onde há um lado subordinado e servindo ao capital internacional e outro de baixíssima produtividade engendram um mecanismo que impede o dinamismo interno, o aumento dos salários e promovem a concentração de renda. O reconhecimento da indústria como ponto chave no processo de superação, o aumento da produtividade física e a capacidade de uma autonomia da economia nacional são pontos comuns entre os autores. A solução para superar o subdesenvolvimento e as desigualdades passaria pela ação do Estado, capaz de promover uma revolução nos processos produtivos, com a ampliação do mercado interno e inserção no capitalismo nacional.

Cardoso incorpora uma visão mais social do caráter da luta de classes na concentração de renda, entende que há a possibilidade de um desenvolvimento, no sentido de aumento da acumulação de capital e da produção, mesmo em uma economia dependente associada. A maior igualdade seria alcançada não só pela economia, mas no campo da política, em uma democracia participativa, inclusiva e socialmente orientada. Furtado entende que a superação da concentração de renda está em promover dinamismo da economia dinâmica, capaz de promover o avanço técnico, o aumento do mercado interno e da produtividade do trabalho. Entende ele que um desenvolvimento econômico com melhoria social está ligado à uma autonomia nacional.

Esse estudo se limitou a revisitar os principais textos dos autores, capturar as ideias centrais e comparar as perspectivas. Apesar dos autores não dedicarem trabalhos exclusivamente ao tema da distribuição de renda, a robustez das suas interpretações fornece um vasto ferramental capaz de elucidar essa questão. O entendimento das interpretações basilares de Cardoso e Furtado é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.; FERREIRA DE SOUZA, P.; SOARES, S. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019. **Revista de Ciências Sociais**. <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>, 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 123-142, 2000.

CARDOSO, Fernando H. **As Idéias e seu Lugar**. Petrópolis. Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando H. **Autoritarismo e democratização**. 3. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975. 240 p. Coleção de estudos brasileiros.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1975. ISBN 978-85-2000-668-9.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A dependência revisitada**. p. 57-88, 1980.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: **el@ tina**. 2004.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. **Um Ensaio sobre a Dependência a partir das Relações Econômicas do Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. Recife. Global Editora, 2003.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro. Contraponto, 2016. 1ª reimpressão.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 24, n. 4, Dezembro 2004. 483-486. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>. Acesso em: 5 maio 2021.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1966.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Abril Cultura, 1983. Coleção "Os Economistas".

HOLANDA, Sérgio B. D. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Caio P. **Evolução Política do Brasil**. 21. ed. São Paulo. Brasiliense, 2001.

JÚNIOR, Caio P. **História Econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo. Brasiliense, 1970.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 169-174, 2004.

NATALINO, Enrique Carlos. **A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso**. 2020. Tese (Doutor em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2020.

OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H; SOARES, S. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: Um Balanço dos Primeiros 15 Anos**. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão n. 2499)